



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**6º REUNIÃO ORDINÁRIA**

**31 DE MARÇO DE 2015**

**MENSAGENS**

**01- PROJETO DE LEI 212/2015 - Mensagem nº 010/2015**

**Autor: Poder Executivo**

*Dispõe sobre a Criação do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, do Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos - PPD e da Cessão de Direitos Creditórios, e adota outras providências.*

**RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

**PROJETO DA COMISSÃO EXECUTIVA**

**02- PROJETO DE LEI 218/2015**

**Autor: Comissão Executiva**

*Cria os Cargos de Diretor de Comunicação e Secretário Geral da Presidência, extingue dez cargos de simbologia G-6 e dá outras providências.*

**RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PROJETOS DE LEI EM ULTIMA DISCUSSÃO**

**03- PROJETO DE LEI 06/2015**

**Autor: Rasca Rodrigues**

*Dispõe sobre a Instalação de hidrômetros Individuais, e dá outras providências.*

**RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

**04- PROJETO DE LEI 10/2015**

**Autor: Professor Lemos**

*Determina que os Concursos Públicos para o provimento de vagas para as Funções da Educação Pública da Rede Estadual, sejam realizados no prazo máximo de dois anos.*

**RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA**

**05- PROJETO DE LEI 16/2015 –**

**Autor: Douglas Fabricio**

*Autoriza o transporte de estudantes da educação superior através do Programa Estadual de Transporte Escolar, instituído pela Lei 11.721/1997.*

**\*\*Anexo PROJETO DE LEI 39/2015**

**Autor: Tercílio Turini**

**RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 11.721/1997. Súmula:** *Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar que terá como objetivo transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.*

**06- PROJETO DE LEI 20/2015**

**Autor: Pastor Edson Praczyk**

*Determina a proibição do sistema de utilização de comandas pelos estabelecimentos que especifica, no estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*

## **PROJETOS DE LEI EM 2ª DISCUSSÃO**

### **07- PROJETO DE LEI 166/2015**

**Autor: Missionário Ricardo Arruda**

*Dispõe sobre a Obrigatoriedade de Exibição de Informe Publicitário para Advertência contra a Pedofilia, ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes antes das Sessões nos cinemas do estado.*

**RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI**

### **08- PROJETO DE LEI 29/2015**

**Autor: Maria Victoria**

*Dispõe sobre a Concessão de Incentivo Financeiro aos Catadores de Materiais Recicláveis – Bolsa Reciclagem.*

**RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK**

### **09- PROJETO DE LEI 55/2015**

**Autor: Péricles de Mello**

*Dispõe sobre a Instalação Obrigatória de Dispositivos para Segurança nas Piscinas Privativas e Coletivas, no estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. GUTO SILVA**

### **10- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 02/2015**

**Autor: Douglas Fabricio**

*Altera a Lei Complementar nº 76, de 21 de novembro de 1995 e adota outras providências.*

**\*\*ANEXO Projeto Lei Complementar n. 04/2015**

**Autor: Tercílio Turini**

**RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

### **\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI COMPLEMENTAR N. 76/1995. Sumula:** *Dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos e adota outras providências.*



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

### *Comissão de Constituição e Justiça*

#### CAPÍTULO

Das Disposições Preliminares

**Art. 1º.** As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão por esta Lei.

**Parágrafo único.** Sujeitam-se ao regime de concessão ou permissão, ou, quando for o caso, de autorização, os seguintes serviços e obras públicas:

I - distribuição local de gás canalizado;

II - vias estaduais, precedidas ou não da execução de obras públicas;

III - transporte rodoviário intermunicipal de passageiros;

IV - transporte ferroviário intermunicipal ou que transponha as fronteiras do Estado;

V - transporte aquaviário intermunicipal de passageiros;

VI - transporte aquaviário que procede a ligação de rodovia estadual;

VII - exploração de obras ou serviços estaduais de barragens, contenções, eclusas, diques e irrigações, precedidas ou não da execução de obras públicas.

.....

**Art. 15.** Toda concessão de serviço público, precedida ou não de execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

**Parágrafo único.** As licitações para concessão de serviços públicos ou de obras públicas mediante leilão, deverão ser precedidas de autorização do Poder Legislativo, exceto àquelas promovidas pela Estrada de Ferro Paraná Oeste Ltda. [\(Incluído pela Lei Complementar 79 de 02/12/1996\)](#)

....

#### CAPÍTULO VI

##### Do Contrato de Concessão

**Art. 24.** São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

...

**§ 1º.** Os contratos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública, deverão, adicionalmente:

I - estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e;

II - exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.

**§ 2º.** O prazo do contrato de concessão não poderá ser superior a 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período desde que previamente estabelecidas no edital de licitação às exigências a serem cumpridas pela concessionária para a prorrogação do contrato.

**§ 3º.** O prazo da concessão deve atender, em cada caso ao interesse público e às necessidades ditadas pelo valor do investimento de modo a assegurar a modicidade das tarifas.

## 11- PROJETO DE LEI 13/2015

**Autor: Douglas Fabricio**

*Dispõe sobre o Protesto de Dívida de Alimentos Provisórios ou Provisionais e de Sentença Transitada em Julgamento, em Sede de Ação de Alimentos, e adota outras providências.*

**RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*

## 12- PROJETO DE LEI 136/2015

**Autor: Tercilio Turini**

*Acresce o inciso XIII ao Artigo 14 da lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o Tratamento Tributário Pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.*

**RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

### **\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 14.260/2003. Súmula:** *Estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.*

**Art. 14.** *São isentos do pagamento do IPVA, os veículos automotores:*

*I - terrestres que, em razão do tipo, a legislação específica proíba o tráfego em vias públicas;*

*II - de propriedade de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações de Organismos Internacionais, de caráter permanente, e de propriedade dos respectivos funcionários estrangeiros indicados pelo Ministério das Relações Exteriores;*

*III - utilizados no transporte público de passageiros na categoria aluguel (táxi), de propriedade de motorista profissional, pessoa física, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, e por ele utilizado na sua atividade profissional;*

*IV - tipo ônibus, exclusivamente empregados em linha de transporte urbano, suburbano ou metropolitano de pessoas, cedida por concessão ou permissão pública;*

[\*\(Redação dada pela Lei 14957 de 21/12/2005\)\*](#)

*V - de propriedade, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, equipados com motores de potência não superior a 155 CV, limitado a um veículo por beneficiário;*

.....

*VI - destinados, exclusivamente, ao transporte escolar, cuja propriedade ou posse decorrente de contrato de arrendamento mercantil seja de pessoa física ou prefeitura municipal;*

*VII - tipo embarcação, de propriedade de pescador profissional, pessoa física, e por ele utilizada na atividade pesqueira;*

*VIII - apreendidos pelo Detran/PR, que venham a ser leiloados pelo próprio órgão;*

*IX - com mais de vinte anos de fabricação.*

[\*\(Redação dada pela Lei 14558 de 15/12/2004\)\*](#)

**§ 1º.** *O benefício de que trata o inciso II fica condicionado à existência de reciprocidade de tratamento tributário, declarada pelo Ministério das Relações Exteriores.*

**§ 2º.** *...Vetado...*

**a)** *...Vetada...*

**b)** *...Vetada...*

**§ 3º.** *Cessado o motivo ou a condição que lhe der causa, cessa a isenção.*

**§ 4º.** *O reconhecimento das isenções far-se-á na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda.*

**X - ...Vetado...**

**XI -** *classificados quanto à espécie como motocicletas cujos motores não excedam a 125 cilindradas e que possuam mais de 10 anos de fabricação.*

[\*\(Incluído pela Lei 14957 de 21/12/2005\)\*](#)

**XII -** *colheitadeiras e tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas ou de construção, de pavimentação ou guindastes registrados no Sistema do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAL, facultados a transitar em via pública.*

[\*\(Incluído pela Lei 18371 de 15/12/2014\)\*](#)



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*

---

## 13- PROJETO DE LEI 168/2015

**Autor: Anibelli Neto**

*Proíbe o uso de Procedimentos de Radiografia com o objetivo de comprovar a realização de procedimentos aos Planos de Saúde.*

**RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI**

## **PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO**

---

## 14- PROJETO DE LEI 68/2015

**Autor: Gilson de Souza**

*Fica proibida a Prática Comercial de Renovação Automática de Contrato de Prestação de Serviços por Assinatura.*

**RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK**

---

## 15- PROJETO DE LEI 49/2015

**Autor: Ney Leprevost**

*Institui a Proteção Especial nos Primeiros 1.000 dias de Vida das Crianças no Paraná.*

**RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA**

---

## 16- PROJETO DE LEI 165/2015

**Autor: Cantora Mara Lima**

*Institui o mês de Março como “Mês da Mulher” no Estado do Paraná e lança a Campanha Estadual de Conscientização contra a violência à mulher.*

**RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA**

---

## 17- PROJETO DE LEI 44/2015

**Autor: Ney Leprevost**

*Institui o dia da Araucária, a ser comemorado anualmente em 7 de junho.*

**RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*

## 18- PROJETO DE LEI 61/2015

**Autor: Professor Lemos**

*Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná a Cavalgada Internacional da Mulher, realizada anualmente na Semana do dia 08 de Março, no Município de Campina Grande do Sul.*

**RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO**

## 19- PROJETO DE LEI 65/2015

**Autor: Tercílio Turini**

*Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Churrasco no Espeto de Bambu, realizada anualmente, nas datas próximas ao dia 28 de Abril.*

**RELATOR: DEP. GILSON DE SOUZA**

## 20- PROJETO DE LEI 161/2015

**Autor: Missionário Ricardo Arruda**

*Alteração da Lei 17.127 de abril de 2012, que determina a Aplicação Prática do Conteúdo do § 5º, do Art. 150 da Constituição Federal em todo estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

### **\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 17.127/2012. Súmula:** *Determina a aplicação prática do conteúdo do § 5º, do art. 150, da Constituição Federal em todo Estado do Paraná.*

**Art. 1º.** *Determina a obrigatoriedade, em todo o Estado do Paraná, da discriminação na nota fiscal dos tributos incidentes sobre os produtos e serviços.*

**Art. 2º.** *Os estabelecimentos que prestem serviços ou forneçam produtos, deverão indicar os valores do que se oferece discriminados com o apontamento dos tributos incidentes.*

**§ 1º.** *A informação deverá abranger o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).*

**§ 2º.** *As empresas ficam desobrigadas da indicação dos tributos que não incidam na operação ou que não tenham impacto sobre o preço da mercadoria ou do serviço.*

**Art. 3º.** *...Vetado...*

**Parágrafo único.** *...Vetado...*

**Art. 4º.** *Os estabelecimentos terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adequar a presente Lei.*

**Art. 5º.** *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 150.** *Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:*

....

**§ 5º** - *A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.*

---

## **21- PROJETO DE LEI 142/2015**

**Autor: Rasca Rodrigues**

*Regulamenta a forma de estabelecimento das dimensões mínimas de lotes permissíveis, em Loteamentos e Condomínios Horizontais situados dentro das seguintes APAS e UTPS .*

**RELATOR: DEP. PEDRO LUPION**

---

## **22- PROJETO DE LEI 114/2015**

**Autor: Paranhos**

*Proíbe a Renovação Automática dos Contratos de Concessão de Serviços de Pedágio nas Rodovias sob a Responsabilidade do estado do Paraná, estabelecendo o Critério Plebiscitário para novos processos licitatórios.*

**RELATOR: DEP. FELIPE FRANSCHINI**

---

## **23- PROJETO DE LEI 53/2015**

**Autor: Péricles de Mello**

*Dispõe sobre a obrigatoriedade aos estabelecimentos do estado do Paraná, que comercializam bicicletas ou ciclos, e dá outras providências.*

**RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI**

---

## **24- PROJETO DE LEI 96/2015**

**Autor: Cantora Mara Lima**

*Institui o Programa de Energia Eólica do Paraná, para pesquisar, planejar e executar o sistema de Energia Eólica no estado do Paraná e cria o Instituto de Energia Eólica do Paraná – IEEPAR.*

**RELATOR: DEP. PERICLES DE MELLO**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*

---

## 25- PROJETO DE LEI 145/2015

**Autor: Claudia Pereira**

*Institui o Programa de Exame de Mamografia Móvel no âmbito do estado do Paraná - Programa Mamóvel.*

**RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK**

---

## 26- PROJETO DE LEI 26/2015

**Autor: Maria Victoria**

*Cria o Corredor das Águas no estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA**

---

## 27- PROJETO DE LEI 105/2015

**Autor: Felipe Francischini**

**\*\*ANEXO ao 140/2015**

**Autor: Rasca Rodrigues**

*Insera no Calendário Oficial de Eventos do Paraná a Semana de Fomento ao Skate, na forma que especifica.*

**RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI**

---

## 28- PROJETO DE LEI 175/2015

**Autor: Professor Lemos**

*Institui no âmbito do estado do Paraná as Patrulhas Maria da Penha e dá outras providências.*

**RELATOR: DEP. GILSON DE SOUZA**

---

## 29- PROJETO DE LEI 177/2015

**Autor: Maria Victoria**

*Concessão de Título de Cidadão Benemérito do estado do Paraná ao escritor JOSÉ LAURENTINO GOMES.*

**RELATOR: DEP. GUTO SILVA**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*

---

## **30- PROJETO DE LEI 181/2015**

**Autor: Rasca Rodrigues**

*Dispõe sobre a produção, o armazenamento e transporte de cargas perigosas no estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA**